



A INFLUÊNCIA DAS IDEOLOGIAS TOTALITÁRIAS NO BRASIL ENTRE AS I E II GUERRAS MUNDIAIS

L. P. Macedo Carvalho

Trabalho apresentado, pelo autor, no "Colóquio Internacional de História Militar", em Istambul, 1993, sob o tema "O Período Entre Guerras", representando o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

O MUNDO APÓS A I GUERRA MUNDIAL

Uma vez abalados os nacionalismos após a I Guerra Mundial, o fracasso do liberalismo, o artificialismo das fronteiras, o colapso das classes sociais, o agravamento das tensões entre minorias étnicas e o desencanto dos Estados-nações europeus com o sistema político-partidário ensejaram o advento das sociedades de massa. Nesse quadro, abateu-se sobre o mundo um furacão de movimentos ditatoriais e totalitários.

Paradoxalmente, as ditaduras e os regimes totalitários prevaleceram

depois de uma guerra travada para libertar os países da tirania e implantar o liberalismo.

A "Revolução Russa" disseminou a ideologia totalitária comunista através de um movimento internacional.

Da Itália, Mussolini exportou o antidemocrático fascismo para quase toda a Europa Central e Oriental. Apenas os tchecos, mas não os eslovacos, constituíram uma das raras exceções.

Ditaduras foram implantadas pela Europa afora para impedir a ação da dinâmica revolucionária comunista. Na Espanha, ocorreu o golpe de estado de Primo de Rivera e

Franco tomou o poder; a ditadura do proletariado de Bela Kun foi suplantada pelo governo autoritário dos "brancos", tendo à frente o Almirante Horthy na Hungria; o Marechal Pilsudsky derrotou os comunistas na Polônia; Woldemaras esmagou os "vermelhos" na Lituânia; uma "Junta" assumiu o controle na Estônia; Ulmanis dissolveu a "Dieta", a fim de preservar a democracia na Letônia das esquerdas, inspiradas pela Rússia, e dos nazistas, apoiados pela Alemanha; Metaxas asfixiou a Grécia como preposto nazista; o Rei Alexandre tornou-se ditador na Iugoslávia; Gueorguiev estabeleceu um regime fascista na Bulgária; o Rei Carol implantou uma ditadura na Romênia, diante das ameaças da "Guarda de Ferro"; e o general Gomes da Costa triunfou em Portugal. Até mesmo China, Egito, Japão e Turquia eram, em essência, ditaduras militares.

À exceção da Bélgica, EUA, Finlândia, França, Holanda, Inglaterra, Suíça, das monarquias escandinavas, de algumas repúblicas latino-americanas e de domínios autônomos da Comunidade Britânica, o resto do mundo sucumbira ao despotismo, sob uma forma ou outra.

O movimento "spartakista" de Karl Liebknecht e Rosa de

Luxemburgo agitou a Alemanha, mas acabou sufocado pelos "Corpos Livres". Sob a roupagem do nacional-socialismo, com a alegação de se contrapor ao comunismo e recuperar a identidade dos povos germânicos, o nazismo dominou a Alemanha e ameaçou impor ao mundo sua ideologia, só comparável ao stalinismo.

Os teóricos do nazismo declaravam que o "Estado ético" de Mussolini, apesar deste se considerar totalitário, não podia ser confundido com o "Estado ideológico" de Hitler. Acentuando as diferenças entre o fascismo e o nacional-socialismo, afirmava Goebbels que "enquanto o nacional-socialismo desce até as raízes, o fascismo é superficial". Por outro lado, Hitler admitia similaridades entre o nazismo e o comunismo: "Em nosso movimento, os dois extremos se tocam... os comunistas foram os idealistas do socialismo". O único homem que Hitler respeitava incondicionalmente era Stalin, e Kruschev dizia que, reciprocamente, Stalin só confiava em um homem - Hitler.

As ideologias totalitárias encontraram ambiente favorável onde havia cultura de massa para alimentar a máquina do poder e dominar completamente o homem; onde havia

miséria e grandes contingentes populacionais indiferentes politicamente. O êxito dos movimentos totalitários verificou-se nas regiões desprotegidas da depressão de pós-guerra ou subdesenvolvidas, em consequência da desilusão com os regimes ditos democráticos, o resultante do desaparecimento das classes sociais, do desmoronamento econômico e do esfacelamento político-partidário.

Assim, as ideologias totalitárias que visavam ao domínio do mundo, ecoaram também na longínqua América do Sul. O Brasil, espelho distante do berço das ideologias totalitárias, mas subdesenvolvido e com a maior parte da população não estratificada social e politicamente, não fazia exceção no período entre guerras. As primeiras ações com o objetivo de comunizar a Europa repercutiram logo no território brasileiro, a despeito de nossa arraigada formação cristã e liberal. A vitória dos bolchevistas causara impacto em todo o planeta e teve profundos reflexos entre nós.

Em oposição ao comunismo, surgiu também no Brasil o partido "Ação Integralista Brasileira" (AIB) que traduzia, em síntese, um fascismo caboclo.

A resultante do confronto entre

os extremistas de esquerda e de direita foi a ditadura personalística de Vargas, debaixo da égide do "Estado Novo", que perduraria de 1937 a 1945.

A PRIMEIRA TENTATIVA COMUNISTA

A primeira notícia de que se tem conhecimento a respeito de doutrinação de caráter nitidamente marxista no Brasil data de 1908, com a organização da "Confederação Operária Brasileira", no Rio de Janeiro. Tal entidade de fachada salientou-se pela fermentação de greves, contraposição ao Serviço Militar, ação pacifista e atuação contrária ao esforço em prol dos aliados na I Guerra Mundial. Seus integrantes criaram a "Liga Antimilitarista", fundaram os jornais "Não Matarás" e a "Voz do Trabalhador", além de ameaçar o país com greve geral, caso o Brasil participasse de guerra externa. Quando a imprensa noticiou a tomada do poder na Rússia pelos soviéticos e o massacre da família imperial, cresceu a propaganda subversiva comunista, explorando as contradições econômico-sociais e políticas do país.

Em 1922, foi criado o Partido Comunista Brasileiro (PCB), afiliado

ao "Komintern" de Moscou. No ano seguinte o Brasil já se fazia representar no IV Congresso Internacional Comunista. Simultaneamente, apareceram a "Confederação Geral dos Trabalhadores", até hoje dominada pela esquerda, e a "Federação Sindical".

Na época, sendo o Império Britânico a potência mundial em destaque, o PCB desencadeou campanhas contra o imperialismo inglês.

Diante das agitações político-militares ocorridas no início da década de vinte, o PCB foi posto na ilegalidade e passou a atuar na clandestinidade.

A partir de 1928, o PCB - já plenamente reconhecido pelo "Komintern" - ganhou expressão com o III Congresso do Partido, cujas recomendações conduziram à tentativa armada de tomada do poder. Daí para cá passaram a atacar o imperialismo ianque, deram ênfase à "Juventude Comunista", intensificaram a subversão nos sindicatos operários e a infiltração nos quadros das Forças Armadas.

Em março de 1934, surgiu a

"Aliança Nacional Libertadora" (ALN), que, explorando a descrença nas idéias nacionalistas resultante da I Guerra Mundial e as reivindicações do povo, por intermédio de 1.600 comitês espalhados em todo o país, seria a grande articuladora da tentativa de revolução comunista no Brasil.

No VII Congresso da III Internacional Comunista, o delegado Van Min, membro do Conselho Executivo do "Komintern", entusiasmado com a atuação da ALN, levou o "Komintern" a julgar erroneamente estar o Brasil maduro para uma revolução bolchevista e recomendar todo poder à Aliança, como alternativa de governo.¹

Assim, com o fim de arquitetar e dar orientação política à revolução bolchevista no Brasil, o "Komintern" credenciou, junto aos países sul-americanos, como seu representante oficial, o ex-deputado alemão Arthur Ernst Ewert, sob o codinome de "Harry Berger". Esse agitador internacional foi a mola-mestra da intentona comunista de novembro de 1935.

Para compor a equipe revolucionária, Moscou enviou

1. "Devo expor a todos os camaradas que se interessam pelo desenvolvimento do comunismo na América do Sul, que, no Brasil, já existe ampla e bem organizada associação denominada "Aliança Nacional Libertadora"... Essa Aliança foi criada sob orientação secreta mas direta do Partido Comunista Brasileiro, segundo as instruções confidenciais recebidas da Legação Soviética em Montevidéu..."

também ao Brasil um ex-marinheiro alemão, Johann de Graaf, "terrorista nato", para cuidar das ações armadas; o rádiotelegrafista, norte-americano, Victor Allen Baron; o ucraniano Pavel Stuchevski, da polícia secreta, com a falsa identidade de empresário belga Leon Jules Vallée, incumbido de controlar as finanças do movimento; e Olga Benario, judia alemã, integrante do serviço secreto soviético, a fim de tomar conta de Prestes.

Em abril de 1935, desembarcou também no Brasil Rodolfo Ghioldi, secretário-geral do Partido Comunista Argentino, para auxiliar a articulação do movimento revolucionário.

A revolução deveria ser conduzida em duas etapas. A primeira visava a criação de uma frente popular de operários, camponeses, pequenos burgueses e militares; a segunda tinha por objetivo a implantação de um governo popular nacional revolucionário, liderado pelo ex-capitão do Exército, Luiz Carlos Prestes, com representantes daquelas classes.

Colocando em execução o plano estabelecido, a 23 de novembro de 1935, eclodiu um levante no quartel do 21º Batalhão de Caçadores, em Natal, RN, que se estendeu, no dia

seguinte, ao quartel-general da 7ª Região Militar, CPOR e ao 29º Batalhão de Caçadores, no Recife e Socorro e, finalmente, a 27, aos aquartelamentos da Escola Militar de Aviação, no Campo dos Afonsos, e do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Havia previsão de envolver outras unidades mas, por falta de coordenação, a conspiração foi descoberta e presos os líderes.

Liderada por oficiais subalternos e graduados, que aliciaram as praças, a sedição contou com o apoio de civis das camadas sociais menos favorecidas locais. Em Natal, os comunistas dominaram, por quatro tenebrosos dias, a cidade e chegaram a estabelecer um governo, cometendo os maiores absurdos e provocando numerosas baixas; no Recife, a situação foi extremamente confusa durante quarenta e oito horas, resultando em dezenas de mortos, quase uma centena de feridos e quinhentos presos; no Rio de Janeiro, os revoltosos, após sangrentos combates, tomaram o 3º RI e quase controlaram a Escola de Aviação Militar, assassinando oficiais enquanto dormiam e causando inúmeras mortes.

Graças à enérgica e pronta ação do grosso do Exército, a primeira

tentativa de revolução comunista foi logo sufocada, a ALN fechada e o PCB posto outra vez na ilegalidade.

Na década dos 60 e 70 tentariam novamente os comunistas tomar o poder pela força, valendo-se da guerrilha rural e urbana.

O FRACASSADO "PUTSCH" INTEGRALISTA

A ameaça comunista e a propagação do nazi-fascismo levaram ao radicalismo da extrema direita.

Em outubro de 1932, com o lançamento do "Manifesto Integralista", surgia no Brasil outro movimento nacional de inspiração fascista - o "Integralismo", além do Partido Nacional Socialista Alemão que chegaria, mais tarde, a controlar aproximadamente 2.300 organizações germânicas de natureza diversa, em particular no sul do país, sob a chefia do nazista Hans Henning Von Cossel, adido cultural da Embaixada da Alemanha, e com o apoio do próprio

embaixador Karl Ritter.

A representação do Partido Nazista visava preservar o nacionalismo germânico entre os imigrantes alemães e seus descendentes, bem como impedir a sua aculturação. O governo alemão encorajava-os a não se considerarem imigrantes, mas súditos germânicos residentes no exterior e, portanto, parte da Grande Alemanha. Na época totalizavam mais de um milhão de pessoas.

Na verdade, Hitler incluía o Brasil nos seus planos de controle mundial.²

Substituindo as camisas negras dos fascistas de Mussolini por verdes, o "fascio" italiano pelo "sigma", o "Heil Hitler" pela palavra Tupi "anauê", na saudação de braço erguido os integralistas, sob o lema "Deus, Pátria e Família", promoviam desfiles de milícias, convenções e violências nas ruas contra os extremistas de esquerda, em nome da

2. Na sua obra "The Voice of Destruction" (New York, 1940, p. 61-67), Hermann Rauschning, líder nazista em Danzig e amigo pessoal de Hitler, dá interessante testemunho dos planos do "Führer": *"Encontraremos tudo de que precisamos lá. Todos os pré-requisitos para uma revolução são encontrados lá, uma revolução que em poucas décadas, ou mesmo anos, transformará um Estado mestiço corrupto em domínio alemão. Impor-lhes-emos... nossa filosofia... Se há um lugar onde a democracia não faz sentido e se mostra suicida, é na América do Sul... Esperem alguns anos e nesse Interim façamos o que pudermos para auxiliá-los. Mas temos que enviar emigrantes nossos para lá... Não desembarcaremos tropas, como o fez Guilherme, o Conquistador, nem tomaremos o Brasil pela força das armas. Nossos conquistadores... têm missão mais difícil do que os primeiros e, por esta razão, portam armas mais complicadas."* (Hitler considerava como modernos conquistadores os diplomatas alemães, as representações do Partido Nazista no exterior e as diversas associações germânicas de cunho cultural, educacional e econômico).

defesa da pátria e da solução dos problemas causados pela depressão. Pregando o fechamento dos partidos políticos, a instituição de um Estado forte que tudo controlasse e o nacionalismo, os "integralistas", inequivocamente antidemocráticos, ganhavam força e prometiam incendiar o País e o continente. Dos 4.000 oficiais do Exército, dizia-se que 1.200 eram filiados à AIB ou simpatizantes; o mesmo se aplicava à metade do corpo de oficiais da Marinha.

O líder "integralista" - Plínio Salgado - jornalista paulista, sofreu também influência ideológica do advogado, político e sociólogo português Antônio Sardinha, que inspirou muito do autoritarismo de Salazar.

Eliminados os comunistas, parecia que os "integralistas" triunfariam apoiados pelo governo, mas Vargas, na realidade, usara-os para atingir seu objetivo de alterar a Constituição e tornar-se ditador, prometendo-lhes que seus ideais constituiriam a base da nova ordem a ser implantada.

Em maio de 1938, sentindo-se traídos com o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, um grupo armado de "camisas verdes", com apoio de parte da guarda de fuzileiros

navais do palácio presidencial e de militares contrários à ditadura implantada, atacou a residência oficial do chefe de Estado, no Rio de Janeiro. A despeito da guarnição militar local demorar a debelar a revolta, as forças leais ao governo acabaram derrotando e prendendo os insurretos. Prisioneiros foram fuzilados nos fundos do Palácio Guanabara e Vargas explorou as boas relações mantidas com Edda Mussolini para retirar exilados políticos da embaixada italiana e colocá-los na prisão, extinguindo o "integralismo" de forma brutal.

O governo anunciou que o "putsch" integralista tinha ramificações em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

No Rio de Janeiro, a ação armada não se limitou ao Palácio Guanabara. Os "integralistas" se apossaram do Ministério da Marinha, de onde foram desalojados a fogo de artilharia; tentaram tomar o cruzador "Bahia" e as instalações da antiga "Panair do Brasil", no Aeroporto Santos Dumont; efetuaram infrutíferos ataques de surpresa às residências do Ministro da Guerra, do chefe do estado-maior do Exército e do comandante da Guarnição da Vila Militar, além de lutarem nos

logradouros públicos da “Esplanada do Castelo”.

Apesar de a imprensa denunciar conexões da Embaixada Alemã com o “putsch”, o relatório oficial final sobre a tentativa de golpe de Estado dos “integralistas” isentou os diplomatas germânicos de suspeitas.

O “ESTADO NOVO”

Em novembro de 1930, sob forte pressão de dissensões internas e da crise econômica internacional, ocorreu uma revolução para modernizar o Brasil. O líder civil daquele movimento - Getúlio Vargas - na crista da onda dos acontecimentos, tornou-se presidente provisório do País.

Esmagados os comunistas, desaparecidos os “integralistas” e silenciados os liberais, o resultado dessas tentativas de implantação de ideologias totalitárias no Brasil foi a instituição de “regime forte, de paz, justiça e trabalho” de Vargas, que colocou de lado a “democracia dos partidos”, extinguiu todos os partidos políticos, suspendeu as garantias e liberdades individuais e decidiu sustar os pagamentos de juros e amortizações da dívida externa do País.

Era o começo da primeira ditadura no Brasil, que duraria oito

anos, até o Exército derrubá-la, ao retornar da campanha da Itália, em 1945.

O “Estado Novo”, ao contrário de seus mentores europeus, não possuía uma ideologia política onde alicerçasse o regime autocrático. Fundamentou-se nas Forças Armadas, na polícia política e na inexistência de oposição. Constituiu uma versão brasileira abrandada do fascismo italiano. Representou uma forma de ditadura de cunho pessoal e nacional. Era um regime híbrido, sem base ideológica e popular, calcado no populismo à brasileira, paternalista e patrimonialista, que teve como objetivos o bem-estar social e o nacionalismo econômico e gerou o estatismo e corporativismo, protegido por um executivo forte.

A mudez dos constitucionalistas liberais permitiu que a Constituição outorgada em 10 de novembro de 1937, mais conhecida como a “Polaca”, tivesse como modelo a polonesa, promulgada a 23 de abril de 1935, pelo regime ditatorial de Pilsudsky. As semelhanças são notórias, particularmente no que se refere ao fortalecimento do Poder Executivo, à concessão de autoridade ao Presidente para adiar sessões do Parlamento, dissolver a Câmara e o Senado, legislar por decretos,

modificar prazos de exame do orçamento pelo Congresso e dispor sobre o estado-de-sítio ou de emergência.

Nas doutrinas corporativistas e fascistas européias encontrou bases para o trabalhismo e o sindicalismo centralizado.

O "Estado Novo" reduziu os poderes dos estados em benefício da federação, tornando o governo mais nacional, sem criar partido governista algum.

Mudanças, só agora sendo revistas, se deram nas instituições políticas e na administração pública, aumentando a burocracia e o empreguismo.

Embora Vargas não estimulasse o "culto da personalidade", permitiu o crescimento da propaganda oficial e da censura da imprensa.

Verdade é que, ao término desse período de retrocesso democrático, os fundamentos sócio-políticos haviam mudado de maneira irreversível, com limitado desenvolvimento econômico e industrial, em uma sociedade mais livre e imprevisível.

A depressão mundial revelara a vulnerabilidade de um país subdesenvolvido às ideologias totalitárias, mas a habilidade política

e o maquiavelismo de Vargas impediram o Brasil de ser atraído pelo canto das sereias.

ENSINAMENTOS

Alguns ensinamentos há que se tirar desse período difícil vivido pela humanidade.

O primeiro, e principal, é o perigo que a exacerbação dos nacionalismos e das ideologias continuam a representar, tanto para as potências líderes do mundo como para os países subdesenvolvidos e marginalizados pela apregoada "nova ordem internacional".

Num mundo em transformação, novos fatores de instabilidade, tais como fundamentalismo, minorias raciais, migrações forçadas, narcotráfico, globalizações e separatismos territoriais, contrabando de armas pesadas, fome, miséria, desequilíbrios econômicos e nacionalismos xenófobos em choque, fazem surgir outras formas de ameaças, muito piores, com o binômio ideologia-radicalismo e terrorismo para intimidação da massa e tomada do poder.

As ideologias totalitárias não nasceram na América Latina, foram exportadas da Europa para o resto do mundo.

A primeira ditadura implantada

no Brasil resultou da conjuntura internacional de então. Posteriormente, assistimos a teoria "foquista" de Régis Debray e o conceito de guerra revolucionária total de Mao incitarem guerrilhas urbanas e rurais nos idos das décadas de 60 e 70, que exigiram violenta repressão e geraram chagas sócio-políticas de difícil cicatrização.

A estratégia de que "o caminho para Washington passa através da Ásia, África, e da América Latina" legou a herança de Cuba, da China, do Kmer Vermelho, dos Aiatolás no Irã, da Guerra do Golfo, da Bósnia, de Angola, de Mogadiscio, da Líbia, do Chifre da África e do restante do continente negro subdesenvolvido e violento. Falta uma estratégia consistente para enfrentar as ameaças à paz no mundo de hoje.

Os regimes ditatoriais, ainda que representem atraso político e subtraíam a liberdade do homem, constituem, em situações emergenciais, remédio heróico para o restabelecimento da ordem e retomada do desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo.

O povo brasileiro tem profundas raízes históricas cristãs e de amante da liberdade que repelem doutrinas exóticas.

Forças Armadas democráticas

bem treinadas para guerra psicológica representam um baluarte contra ideologias totalitárias. A presença militar brasileira ao lado dos aliados nos campos-de-batalha da Itália, lutando contra regimes totalitários na II Guerra Mundial, revelou-se fator decisivo para o restabelecimento da democracia do país.

Causam apreensão as notícias de recrudescimento de movimentos nazi-fascistas e raciais na Europa que já repercutem no Brasil.

Hoje, comunistas e "integralistas" estão de volta à arena política no Brasil.

O subdesenvolvimento é o melhor campo para plantar ideologias totalitárias.

Há grande similaridade entre o período de entre guerras (1918 a 1939) e o presente.

O fim da "Guerra Fria", de início, produziu uma onda de euforia, na suposição de que os riscos de um conflito total haviam desaparecido, e deram lugar apenas a confrontos limitados. Entretanto, mesmo a "Guerra do Golfo" tornou-se um problema insolúvel. Assim, os conflitos de pós-"guerra fria" podem assumir proporções perigosas.

A comunidade internacional mudou e luta para redefinir seu papel num mundo em transformação acelerada.

Longe de ganhar estabilidade com a fragmentação da União Soviética, o mundo encontra-se retalhado por tendências contraditórias rumo à globalização e violenta desintegração de Estados.

A humanidade não pode silenciar e admitir tranqüilamente que nacionalismos exacerbados estimulem de novo ideologias totalitárias.

O terrível fascínio das elites

responsáveis pelo destino das nações por mentiras aceitas como fatos incontestáveis, desprezando as lições da História, permite que velhos cenários saiam dos bastidores e voltem ao palco. É inaceitável reviver e aceitar as idéias vulgares da ralé da sociedade contra o já consagrado humanismo e liberalismo apenas com o intuito de satisfazer as ambições de poder das elites e grandes blocos transnacionais.

BIBLIOGRAFIA

1. ARAGÃO, José Campos, General. **A Intentona Comunista de 1935**. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1973.
2. ARENDT, Hannah. - **Totalitarismo, o Paroxismo do Poder**. Editora Documentário, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1979.
3. _____ - **As Origens do Totalitarismo - Antisemitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. Companhia das Letras, São Paulo, SP, Brasil, 1989.
4. BURNS, Edward McNall - **História da Civilização Ocidental**. Editora Globo, Porto Alegre, RS, Brasil, 1959.
5. LANDMAN, J. Henry - **World Since 1914**. Barnes & Noble Inc., New York, USA, 1959.
6. MURICY, Antônio Carlos, General. **A Guerra Revolucionária no Brasil e o Episódio de Novembro de 1935**. Imprensa Oficial, Recife, PE, Brasil, 1965.
7. PEIXOTO, João Paulo M. e PORTO, Walter Costa. **Constituições do Brasil**. Instituto Tancredo Neves, Brasília, DF, Brasil, 1987.
8. RAUSCHNING, Hermann. **The Voice of Destruction**, New York, USA, 1940.
9. SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Editora Saga S.A., Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1959.



Cel Art e EM da Reserva LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO, p.s.c., é pós-graduado pelo "Staff College", Camberley, Reino Unido, e secretário do Instituto de Geografia e História do Brasil, foi membro do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, e do corpo permanente da Escola Superior de Guerra. Atualmente dirige a Biblioteca do Exército.





DESINFORMAÇÃO, INSTRUMENTO DE AÇÃO POLÍTICA*

Osmar José de Barros Ribeiro

Reprodução de palestra proferida na Escola Superior de Guerra, a matéria mostra um poderoso e eficaz instrumento que, se corretamente utilizado, é capaz de produzir resultados excelentes, tanto no âmbito interno como no externo, auxiliando na consecução dos objetivos da ação política preconizada por qualquer Estado.

INTRODUÇÃO

O assunto ora tratado poderá parecer de pouca importância, haja vista o término da bipolarização ideológica mundial marcada pela queda do Muro de Berlim.

Se o fim da União Soviética significou o esfacelamento de um pólo político e econômico que fazia face às nações ocidentais marcou, por outro lado, a inauguração de uma época cujos problemas vão sendo, pouco a pouco, delineados e debatidos. O desaparecimento do **inimigo soviético** não assinalou, conforme supunham alguns, o fim

dos conflitos. Ai estão, entre outros, a grande operação militar norte-americana montada contra o Panamá, a guerra civil que assola a ex-Iugoslávia, as disputas étnicas e religiosas no seio da própria Comunidade dos Estados Independentes, a Guerra do Golfo e, finalmente, os conflitos em curso no continente africano, nas Américas Central e do Sul.

Tudo parece indicar, como afirma Jean-Christophe Rufin, em seu livro "O Império e os Novos Bárbaros", que "*o conflito Leste/Oeste era uma ideologia de guerra que instalava um equilíbrio de paz.*

*Selecionado pelo PADECEME.